

Dimensões educativas da atuação do sindicato dos trabalhadores em educação pública de Francisco Beltrão - SINTEPFB: 2012-2023

Lirani Maieski¹
Carlos Antônio Bonamigo²

Resumo: Este artigo é um recorte de uma investigação de Mestrado em Educação que teve como objetivo geral analisar as dimensões educativas da atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão - SINTEPFB no período de 2012 a 2023. Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa. Partiu-se da hipótese de que o espaço de mobilização sindical pode ser considerado um espaço educativo. O *locus* da pesquisa foi o SINTEPFB, por meio da análise do histórico de sua formação, constituição e atuação, utilizando-se de suas publicações, atas e outros documentos específicos capazes de relatar e descrever essa trajetória. Além disso, ao longo da pesquisa, foram entrevistados membros da diretoria para captar e analisar a forma de como se manifesta essas dimensões educativas presentes na atuação do Sindicato entre os anos de 2012 a 2023. Constatou-se com a pesquisa a interação nas ações do SINTEPFB (reuniões, assembleias, mobilizações) com dimensões educativas e por meio da análise das entrevistas identificamos momentos e dimensões profundamente educativos. Foi nesse espaço de socialização das lutas, mobilizações, atuações do SINTEPFB que se desenvolveram novas relações com dimensões educativas, entre as quais destacamos: das práticas democráticas, da experiência e luta coletiva, das conquistas, das derrotas, da consciência de classe, da luta de gênero, da truculência dos entes públicos, das contradições sociais, da formação sindical e política, da identidade coletiva e da solidariedade.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Atuação sindical. Dimensão educativa. SINTEPFB.

Educational dimensions of the performance of the workers union in public education of Francisco Beltrão - SINTEPFB: 2012-2023

Abstract: This article is an excerpt from a Master's in Education investigation whose general objective was to analyze the educational dimensions of the performance of the Union of Public Education Workers of Francisco Beltrão - SINTEPFB in the period from 2012 to 2023. For the development of the work, a qualitative approach research. The hypothesis was that the union mobilization space can be considered an educational space. The locus of the research was SINTEPFB, through the analysis of the history of its formation, constitution and operations, using its publications, minutes and other specific documents capable of reporting and describing this trajectory. Furthermore, throughout the research, members of the board of directors were interviewed to capture and analyze the way in which these educational dimensions present in the Union's activities are manifested between the years 2012 and 2023. The research demonstrated the interaction in the actions of the SINTEPFB (meetings, assemblies, mobilizations) with educational dimensions and through the analysis of the interviews we identified deeply educational moments and dimensions. It

¹ Graduada em História. Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professora da Rede Municipal de Educação de Francisco Beltrão. E-mail: liranimaieski@yahoo.com.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Atua na graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão. E- Mail: carlos.bonamigo@unioeste.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4489-2317>

was in this space of socialization of the struggles, mobilizations and actions of SINTEPFB that new relationships with educational dimensions were developed, among which we highlight: democratic practices, collective experience and struggle, achievements, defeats, class consciousness, struggle gender, the brutality of public entities, social contradictions, union and political formation, collective identity and solidarity.

Keywords: Social movements. Union activity. Educational dimension. SINTEPFB.

Dimensiones educativas del desempeño del sindicato de trabajadores en la educación pública de Francisco Beltrão - SINTEPFB: 2012-2023

Resumen: Este artículo es un extracto de una investigación de Maestría en Educación cuyo objetivo general fue analizar las dimensiones educativas del desempeño del Sindicato de Trabajadores de la Educación Pública de Francisco Beltrão - SINTEPFB en el período de 2012 a 2023. Para el desarrollo del trabajo, una investigación con enfoque cualitativo. La hipótesis fue que el espacio de movilización sindical puede ser considerado un espacio educativo. El locus de la investigación fue el SINTEPFB, a través del análisis de la historia de su formación, constitución y funcionamiento, utilizando sus publicaciones, actas y otros documentos específicos capaces de informar y describir esta trayectoria. Además, a lo largo de la investigación, se entrevistó a miembros de la junta directiva para captar y analizar la forma en que estas dimensiones educativas presentes en las actividades de la Unión se manifiestan entre los años 2012 y 2023. La investigación demostró la interacción en el accionar del SINTEPFB (reuniones, asambleas, movilizaciones) con dimensiones educativas y a través del análisis de las entrevistas identificamos momentos y dimensiones profundamente educativas. Fue en este espacio de socialización de las luchas, movilizaciones y acciones del SINTEPFB que se desarrollaron nuevas relaciones con dimensiones educativas, entre las que destacamos: las practicas democráticas, la experiencia y lucha colectiva, las conquistas, las derrotas, la conciencia de clase, la lucha de género, la brutalidad. de entidades públicas, contradicciones sociales, formación sindical y política, identidad colectiva y solidaridad.

Palabras clave: Movimientos sociales. Aclividade sindical. Dimensión educativa. SINTEPFB.

Introdução

Este artigo apresenta parte de uma investigação mais abrangente denominada: “Dimensões educativas da atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão - SINTEPFB: 2012-2023”. A pesquisa orientou-se pela análise das dimensões educativas da atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão - SINTEPFB no período de 2012 a 2023. Tivemos a hipótese de que o espaço de atuação sindical pode ser considerado um espaço educativo. O SINTEPFB foi o principal sujeito da pesquisa, concebido aqui como sujeito coletivo, por meio da investigação do histórico de sua formação, constituição e atuação, utilizando-se de suas publicações, atas e outros documentos que descrevem essa trajetória. Também, ao longo da pesquisa, membros da diretoria foram entrevistados com o objetivo de analisar a forma de como se manifestou na atuação do Sindicato entre os anos de 2012 a 2023 as dimensões educativas.

Nesse sentido, destaca-se a questão central: De que forma se manifesta as dimensões educativas da atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão - SINTEPFB: 2012-2023? Além dessa, outras questões orientaram a investigação: Qual o contexto histórico, político e econômico brasileiro 2012-2023? De que forma se dão os elementos educativos da classe trabalhadora e dos movimentos sociais? Quais as principais características da organização sindical docente no Brasil, no Paraná e no município de Francisco Beltrão, destacando a história do SINTEPFB e suas ações sindicais e políticas?

Adotamos a abordagem metodológica do materialismo histórico-dialético para melhor desvelar as dimensões educativas da atuação do Sindicato, ou seja, analisou-se de que forma a atuação sindical pode se caracterizar como um processo educativo aos participantes da diretoria do sindicato. A presente pesquisa foi um estudo de caso, a sistematização e divulgação do método de estudo de caso tiveram origem nas investigações de natureza qualitativa. Os procedimentos metodológicos aqui descritos foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil, sendo aprovados, de acordo com o número 6.083.063.

A relevância do estudo está na valorização da organização docente e na reflexão das mobilizações coletivas para a constituição da classe docente. Também o estudo e a análise dos documentos propostos como debate para formação de professores em espaços não formais, considerando-o como espaço e sujeito coletivo. Todas essas questões que constituem o problema de pesquisa nos remetem a uma busca bibliográfica sobre o sindicalismo docente, sua identidade e formação.

A crise estrutural do capital

O final do século XX foi marcado pela articulação entre a acumulação capitalista, a expansão da pobreza e a exclusão social. A crise dos anos 1970 demoliu as bases sociais e impôs um desafio de reconstrução em todas as partes do mundo. Essa reorganização provocou complexas relações entre os países e ampliação do espaço econômico por meio da globalização e do neoliberalismo.

Mészáros (2009) e Antunes (2009), evidenciam uma crise na sociedade contemporânea, que atinge não somente os países dependentes, periféricos, subdesenvolvidos, como o Brasil, mas também os países centrais capitalistas. Esta crise traz consigo outros problemas como: a exploração do trabalho, a destruição da natureza.

Devido a sua própria natureza auto expansionista, no sentido de submeter o trabalho a seus desígnios com o intuito de apropriar-se da mais-valia, o capital não aceita restrições a sua lógica nem se autolimita. Em sua fase de ascensão histórica, o capital ainda podia fazer determinadas concessões, mas com o fim dessa fase, suas contradições não podem mais ser ocultadas (Mészáros, 2009; Harvey, 2020).

Outro ponto a destacar é a impossibilidade da constituição de um governo mundial do capital que substitua um sistema mundial de estados, pois enquanto o capital tende a uma integração global, a configuração do capital social total é desprovida de formação estatal. Desse modo, a crise estrutural do capital, define-se como séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos.

Segundo Freitas (2022), o papel do Estado é ser chamado a intervir para prover alguma compensação à permanente exploração a que os trabalhadores são submetidos. Tratava-se de aliviar as tensões sociais. No entanto, acabou-se por levar a um aumento dos custos fiscais decorrente desta estratégia, agravado pelo baixo desempenho do capital global. O esgotamento da social-democracia que exercia este papel de alternância com o neoliberalismo, criou uma contradição, uma maior inclusão aumentava o tamanho do Estado e exigia mais impostos derrubando a competitividade e os lucros. O contrário, a não inclusão, diminuiria o Estado, reduzia impostos, permitia atender às demandas capitalistas, mas gerava mais conflito social, em um quadro em que o capitalismo precarizava constantemente a força do trabalho a cada inovação tecnológica que introduzia para postergar suas crises. Na medida em que se põe a crise estrutural do capital, a insegurança do trabalho aparece como precarização salarial com suas implicações no emprego, carreira, salário e condições de trabalho. O destino reservado a massa de desempregados que resolvem protestar é a repressão pela força, nesse aspecto o elemento decisivo seria a luta de classes.

As contradições sociais impulsionadas pelas consequências dessa crise estrutural e destrutiva do capital, possibilita que organizações populares coletivas voltem a ser peças-chaves na reorganização das massas, como eram nas décadas de 1970 e 1980, estabelecendo pautas e formas de contraposição às medidas do capital. De acordo com Souza e Cunha (2020, p. 99): “[...] é o resgate e retomada atualizados dos trabalhos e atividades junto as massas que poderá munir e fortalecer as forças anticapital, anticapitalistas e contra- hegemônicas criando um poder paralelo, extraparlamentar, não institucionalizado”.

As crises estruturais do modo de produção não se resolvem em movimentos rápidos, elas passam por efeitos de perda, contenção e redistribuição de lucros, de prejuízos e disponibilidades,

alterando a concorrência dos ganhos, além do surgimento de novos conflitos. Por outro lado, existe o esfacelamento social, junto com o desemprego extremo e no flagelo sanitário. Os movimentos das classes populares serão os de revolta, disfuncionalidade da vida básica e erosão das condições de trabalho. Tentativas de apoio estatal, como os de renda mínima, podem conter a crise no tecido social, mas não tem a potencialidade de sua superação.

A configuração conjuntural brasileira 2012-2023

Para entendermos a atual conjuntura brasileira, precisamos voltar um pouco na história, para pontuarmos algumas reflexões acerca do nosso país. De acordo com Pochmann (2021), o Brasil não tem um potencial de industrialização e o seu espaço territorial é fragmentado e se sobressai na individualização de interesses regionais ligados ao exterior. Uma pequena parcela representa os ocupados orgânicos junto ao capitalismo nas atividades do agronegócio, indústria de montagem, bancos e comunicação. Em oposição, estão as multidões de empobrecidos inorgânicos à dinâmica capitalista e dependentes das famílias ricas e poderosas. Assim, quanto mais se tem concentração de renda, riqueza, poder, mais oportunidades precárias e empobrecidas de trabalho tendem a aumentar.

É importante destacar que esse período da conjuntura nacional em que estamos analisando em nada alterou as condições estruturais do domínio do capital sobre o trabalho no Brasil, tampouco deixou de ser um país dependente e periférico, e ainda, aprofundou o processo de superexploração da força de trabalho e se tornou ainda mais dominado e hegemônico pelo capital financeiro rentista.

Nesse sentido, a crise nacional só seria possível, a partir da lógica do capital, com a contração dos gastos públicos que se vinculam à reprodução da força de trabalho, como os investimentos em saúde, educação, segurança, emprego, salários, assim como as privatizações de empresas estatais, a redução dos direitos trabalhistas e sociais, deixando, por outro lado, intactos as formas de incremento a partir do fundo público da reprodução do capital, como por exemplo, as altas taxas de juros. Por isso que, para a elite brasileira do século XXI os pobres não caberiam no orçamento público, conforme Pochmann (2021).

A sociedade de serviços vem ocupando o vazio proporcionado pela desindustrialização, o que exige mudanças estruturais significativas no sistema produtivo, geração de renda e ocupação pela força de trabalho. O resultado segundo Pochmann (2021), tem sido a estagnação da renda per capita, concentração de riqueza, aumento da desigualdade social e a superexploração do trabalho em plena desindustrialização. Certamente, a manutenção da democracia burguesa, com a derrota

das tentativas golpistas no início de 2023, representa uma vitória importante para a manutenção das instituições do aparato do “Estado Democrático de Direito”, mas, estão muito longe de representar alterações qualitativas e substanciais nas relações de dominação do capital sobre o trabalho. A superexploração da classe trabalhadora está em curso, não sob os coturnos, é verdade, mas a plenos vapores, garantidos por todos os partidos que fazem parte da governabilidade, a serviço do capital.

O mundo do trabalho e os desafios do movimento sindical brasileiro

Conforme Antunes (2009), a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, inclui a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos, ou seja, incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Sendo o trabalho produtivo aquele que produz mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital. Mas a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para o uso público ou para o capitalista, não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e da criação da mais-valia.

De acordo com Antunes (2009), bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente do seu trabalho para sobreviver e encontram situações cada vez mais precárias, instáveis, muitas vezes sem ter onde trabalhar. O trabalho em si e por si, é uma atividade vital. Mas se a vida humana se resumisse exclusivamente ao trabalho (como muitas vezes acontece), o mundo capitalista e sua sociedade do trabalho, seria também a expressão de um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado.

A ideia seria que, não é que o ser humano exista em função do trabalho, mas é por meio dele que produz os meios para se manter vivo. Quando as relações de trabalho se alteram no fluxo de nossa história, as nossas estruturas sociais também são alteradas. A globalização é um dos fenômenos mais significativos da história humana, da mesma forma que modificou nossas relações de trabalho. A possibilidade de estarmos interconectados a todo momento encurtou as distâncias e alongou esse período de trabalho. O trabalho que antes era formal remunerado, que estava entre as paredes das fábricas e escritórios, hoje invade as casas (*home office*) e demanda de parte de nosso tempo livre, conforme Antunes (2009).

A experiência constitutiva da classe trabalhadora

O uso possível que pretendemos fazer dos conceitos de Thompson (2021), remete à concepção de classe definida dentro de um processo histórico. É importante compreendermos o modo de organização social, como sendo experiências compartilhadas por determinados trabalhadores - no nosso caso os professores municipais de Francisco Beltrão-, sejam estas de perceber, discutir e enfrentar uma dada condição comum de exploração e opressão.

Thompson (2021) trouxe contribuições valiosas, tendo como base a dialética materialista da história. Segundo este autor, a dialética deve ser aprendida de forma crítica e dentro da própria prática. Um dos princípios básicos da análise de Thompson consiste em articular a teoria a processos diferentes em constantes mudanças. Para este autor era impensável uma teoria distanciada da análise permanente das evidências da realidade.

Assim, valoriza a experiência, a importância do agir humano, criticando o determinismo das abordagens ortodoxas que colocam em segundo plano o papel dos sujeitos na realidade histórico-social. Para o historiador, homens e mulheres, nas relações com a vida material, tendo em vista, suas determinações, vivenciam experiências ao mesmo tempo em que tomam consciência delas.

Thompson (2021) afirma que é por meio do diálogo entre ser social e consciência social que se origina a experiência. À medida que exerce pressões sobre a sociedade, a experiência oferece novos dados para serem lidos e interpretados. Segundo o autor, a história não é predeterminada, ela se faz nas relações sociais, considerando as experiências vividas e compartilhadas. Essa forma de conceber a experiência e o papel dos homens e mulheres no processo histórico social permite superar uma visão determinada, “[...] não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico” (Thompson, 2021, p. 13).

Consideramos que Thompson deixou importantes contribuições teórico-metodológicas, utilizou-se de formas diferentes de compreender as contraditórias formas de manifestação da realidade histórica, admitiu possibilidades, descobriu fontes alternativas, deu atenção aqueles até então esquecidos e traçou um embate entre conceito e evidência para a produção de conhecimentos, implicando outra forma de conceber a pesquisa na área das ciências humanas e sociais.

O caráter educativo do trabalho e dos movimentos sociais

O trabalho como princípio educativo trata de compreender a importância do trabalho como princípio fundante na constituição do gênero humano “[...] trata-se, então, de, no processo de socialização, afirmar, o entendimento do meio de produção e reprodução da vida de cada ser humano- o trabalho- como um dever e um direito em função exatamente do seu caráter humano” (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 749).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o que demarca a dimensão da concepção do trabalho como princípio educativo é de ordem ontológica (inerente ao ser humano) e ético- política (trabalho como direito e dever). Estes autores abordando Saviani, afirmam que o trabalho como princípio educativo pode ter três significados diferentes, mas articulados entre si.

[...] primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação no seu conjunto [...] segundo sentido, o trabalho é o princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher [...] terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 31).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o ser humano não é estático porque ele se transforma com a natureza, o ser humano produz os bens que necessita para viver, aperfeiçoa a si mesmo, gera conhecimentos, padrões culturais, enfim, constitui a vida social, “[...] pensamos o trabalho na sua dimensão educativa que pela relação que o trabalhador estabelece com a natureza, medidas pelas relações consigo mesmo e com os outros trabalhadores, humaniza enquanto produz bens materiais, imateriais, linguagem, arte, conhecimento e cultura” (Ribeiro, 2010, p. 44).

Para Frigotto e Ciavatta (2012), conclui-se que o trabalho nas sociedades de classe é predominantemente alienador, mas ainda assim, não é somente negatividade, porque nenhuma relação de exploração até o presente conseguiu anular a capacidade humana de criar e buscar a superação da exploração. No entanto, o trabalho não é necessariamente educativo, pois dependerá das condições de sua realização, dos fins que se destina, de quem se apropria do trabalho e do conhecimento que gera.

Com os movimentos sociais, aprendemos que os sujeitos se movimentam e se agrupam demonstrando que são sujeitos de conhecimento. Sendo sujeitos de conhecimento, se posicionam no espaço e no tempo como agentes de ensino e aprendizagem. Os movimentos sociais nos ensinam que há outras formas de aprender e ensinar, outras formas de produzir o conhecimento social. O próprio aprendizado dos direitos pode ter uma dimensão educativa “[...] é possível

enxergar que o princípio educativo por excelência está no movimento mesmo, no transformar-se transformando a terra, as pessoas, a história, a própria pedagogia, sendo essa raiz e o formato fundamental de sua identidade pedagógica” (Caldart, 2012, p. 332).

Ultimamente, a classe trabalhadora detentora da luta por direitos vem sendo desestruturada, em meio a opressão e exclusão que avançam cada vez mais. Os movimentos sociais, sindicatos, terão papel fundamental e precisarão ser reconhecidos pelas camadas populares. Em meio a todo esse caos em que estamos vivendo, lutar e agir em coletividade é primordial, pois a luta é contínua e deve ser engajada.

A organização sindical no Brasil: do sindicalismo em geral ao sindicalismo docente

Os sindicatos nascem segundo Antunes (1985), quando a classe operária luta contra o despotismo e a dominação do capital. Uma das finalidades iniciais do sindicato é impedir que os níveis salariais se coloquem abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família. No sindicato, unidos os trabalhadores colocam-se de alguma forma em pé de igualdade com o patronato no momento da venda da força de trabalho, evitando que o capitalista trate cada operário isoladamente, essa seria uma função primeira do sindicato, garantir igualmente aos trabalhadores um salário-mínimo indispensável para seu sustento e de sua família.

Os sindicatos representam e devem ser considerados como um centro de organização dos trabalhadores com o objetivo de emancipação política, social e econômica. A atuação sindical se baseia nas lutas cotidianas da classe trabalhadora, assim como, se constituem em força organizadora por um trabalho digno (Antunes, 1985).

Para Mattos (2009), um ponto importante da criação do sindicato é que se começou a lutar coletivamente em prol da classe trabalhadora, impedindo uma luta isolada e individual frente aos patrões. Com a união nos sindicatos ficou mais difícil para a classe patronal baixar demasiadamente o salário ou aumentar excessivamente a jornada de trabalho.

A origem da classe operária no Brasil aconteceu nos últimos anos do século XIX e está atrelada a nossa economia em que o operário (trabalho assalariado) substituiu o trabalhador escravizado. Com um amplo mercado interno, a economia exportadora criou as bases para a constituição do capital industrial no Brasil, em sequência surgem os primeiros núcleos operários, instalados em São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, surgiram as primeiras lutas operárias no Brasil (Antunes, 1985).

O amadurecimento tardio dos sindicatos de professores em relação ao modelo operário se deve ao fato que a categoria de professores, devido sua constituição histórica brasileira, persiste com a identidade de missão e vocação. Assim, a identidade docente feminina ligada à vocação e dom, dificultou o desenvolvimento de uma identidade trabalhista ou profissional. A emergência do sindicalismo docente está ainda relacionada com a organização da educação pública brasileira, estabelecendo uma relação entre sindicalismo docente com as políticas educacionais (Rosso; Cruz; Rêses, 2011).

Ainda segundo Rosso; Cruz e Rêses (2011), com a sindicalização docente crescendo após a década de 1990, aumentou também o número de greves e paralisações da categoria. Os sindicatos da educação se dividem por níveis de ensino, esfera administrativa e, ainda, por entes federados, no caso da esfera pública. Mas, o que há em comum entre o movimento docente é que, além das questões relativas ao salário e emprego, as reivindicações passam por questões políticas.

No plano da legislação sobre a carreira docente, alguns marcos podem ser pontuados, tais como: a Constituição de 1988, que instituiu, no Art. 23, capítulo III, inciso V, a valorização dos profissionais de ensino, por meio de plano de carreira para o magistério público, piso salarial profissional e o ingresso exclusivamente por concurso público. Assim, conforme Rosso; Cruz e Rêses (2011), surge a necessidade de legislar sobre a carreira docente, nos aspectos da valorização docente.

Mas, insistimos na questão que os sindicatos embasados pela garantia constitucional da liberdade sindical têm o direito e dever de utilizar todo o aparato legal para defender os interesses coletivos de determinada categoria.

A constituição histórica do SINTEPFB e suas relações com as referências dos movimentos sociais: o fazer-se do Sindicato e sua experiência educativa

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão- SINTEPFB é considerado um sindicato novo. Foi criado 20 de setembro de 2012, com o intuito de qualificar as lutas sindicais em busca dos direitos da categoria docente no município de Francisco Beltrão, “[...] o sindicato representava todos, foi aí que eu fui atrás de criar um sindicato, nós temos direito nosso, nós temos dinheiro próprio, leis próprias. A gente foi buscar isso” (Entrevistada 1).

Em dezembro de 2023, eram 870 filiados. Destes, 217 são professores municipais aposentados, 70 são professores do município de Itapejara d’Oeste. Os demais estão distribuídos entre professores de CMEIs e escolas municipais.

A seguir apresentamos o quadro 1, identificando as principais lutas e seus desfechos, nesses onze anos (2012 a 2023) de análise do SINTEPFB.

Quadro 1 - Principais lutas do SINTEPFB: 2012-2023

ANO	LUTAS	DESFECHO
2012	Criação do SINTEPFB	20 de setembro de 2012.
2013	Primeira Manifestação do SINTEPFB Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública Regulamentação da AJT	Professores da rede municipal de ensino pararam um dia no Calçadão de Francisco Beltrão. Os professores com regime de jornada ampliada, sejam regularizados.
2014	Criação do Plano de Carreira do Magistério Municipal Regulamentação AJT	Lei 4260/2014 a maior conquista do SINTEPFB. Em processo de estudo.
2015	Regulamentação AJT Criação do cargo de pedagogo. Implantação de mais duas horas atividades, nos CMEIs e escolas.	Todos discutidos entre SINTEPFB e administração municipal sem respaldo positivo à categoria.
2016	Implantação da sexta hora atividade nas escolas e CMEIs. Regulamentação da AJT, com dobra de padrão. Criação do cargo de pedagogo. Calendário único para escolas e CMEIS.	A implantação da sexta hora atividade foi regularizada. A AJT continua em estudo, assim como a criação do cargo de pedagogo. Em relação ao calendário único para escolas e CMEIs foi conquistado.
2017	Regulamentação da AJT, com dobra de padrão. Criação do cargo de pedagogo. Licença Prêmio.	AJT continua em estudo, assim como a criação do cargo de pedagogo. Licença prêmio somente para quem vai se aposentar.

	Implantação da sétima hora atividade	A implantação da sétima hora atividade continua em discussão.
2018	Pagamento do Piso Nacional do Magistério- lei 11.738/2008. Regulamentação da AJT, com dobra de padrão. Criação do cargo de pedagogo. Licença Prêmio. Implantação da sétima hora atividade	Não se aderiu a lei 11.738/2008. O desfecho final da AJT, foi o término dela, sem a dobra de padrão. Criou-se o cargo de pedagogo. Licença prêmio somente para quem vai se aposentar. Implantação da sétima hora atividade continua em processo de estudo.
2019	Durante o período de férias dos docentes e discentes, foi enviado à Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei do Executivo nº 0001/2019, em regime de urgência para aprovação. Mobilização contra a Reforma da Previdência.	Lei Municipal nº 4632/2019, cria o projeto de Escola 2030 no município de Francisco Beltrão-PR O SINTEPFB participou das discussões e paralisações da referida reforma.
2020	Projeto de lei do Executivo nº 001/2020 para Câmara de Vereadores.	Retira do Plano de Carreira do Magistério Municipal, o artigo 29, que garante o pagamento do Piso Nacional a todos professores da rede.
2021	Pandemia	Cancelamento e volta das aulas municipais. Cuidado com os profissionais da educação municipal de Francisco Beltrão.
2022	Pagamento do Piso Nacional do Magistério a todos professores (efeito cascata) lei 11.738/2008.	Não se cumpriu a lei que determinou 33% de aumento aos professores. Criou-se uma complementação apenas para quem está na casa do magistério. Segundo tabela do Plano de Carreira 4260/2014.
2023	Negociação de 8,44%, defasagem salarial em relação ao Piso Nacional de 2023.	Não obtivemos nenhum resultado positivo em relação as duas principais pautas de luta, com a administração municipal.

	Progressão de até 4% amparado pelo artigo 17 da lei municipal 4260/2014.	
--	--	--

Fonte: Livro Ata nº 1 e 2 – SINTEPFB, 2023.

A partir do quadro acima exposto desenvolvemos a história do SINTEPFB que se fez através de lutas e defesas da educação municipal, estadual e federal. Principais lutas: construção e aprovação do plano de carreira, regularização da AJT (Jornada Ampliada de Trabalho), implantação da lei 11.738/2008 do Piso Nacional do Magistério. Contra projetos de leis municipais, como: Escola 2030, Escola sem Partido, Escolas de Pais e a retirada de direitos garantidos tanto na esfera municipal como federal.

Assim, buscou-se compreender os interesses, as reivindicações e as pautas de luta dos professores municipais de Francisco Beltrão, assim como as conquistas do SINTEPFB. É no seu fazer-se que se demonstra as suas dimensões educativas, pois os processos educativos podem ser buscados nos movimentos sociais, manifestações sociais e no trabalho, como descrevemos em capítulos anteriores.

Os sindicatos possuem importância na sociedade capitalista, precisam se constituir como forma de mediação para contribuir numa sociedade mais igualitária, menos exploração, mais dignidade, e nisso, de uma forma ou de outra, o SINTEPFB relaciona-se com as lutas gerais da classe trabalhadora e à valorização do professor. Nesse sentido, é uma organização importante no processo de luta da classe trabalhadora, no nosso caso, os professores municipais de Francisco Beltrão. Os sindicatos são organizações dos trabalhadores assalariados na luta por melhores salários, jornada e condições de trabalho que venham ao encontro dos anseios dos seus associados.

Defendemos que o sindicalismo docente, incluindo o magistério público municipal, embora tenha contradições e particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas, pode ter uma atuação na perspectiva de classe que supera a fragmentação da luta das categorias. Muitas vezes, as pautas reivindicativas, esbarram nos limites orçamentários dos municípios e na aproximação intimidadora com a gestão municipal. O SINTEPFB continua seu papel de defensor da classe trabalhadora, dos seus filiados. O sindicato reflete uma trajetória de luta coletiva que vence o individualismo, impregnado pela hegemonia dominante do capital. As práticas coletivas demonstram o fazer-se do SINTEPFB nas reuniões, nas lutas e nas mobilizações.

As dimensões educativas da atuação do SINTEPFB

Neste item apresentamos os conteúdos das entrevistas semiestruturadas. Pontuamos para discussão a reflexão dos ex-membros do SINTEPFB e alguns que desenvolvem seu trabalho na atual diretoria, suas implicações econômicas, sociais, culturais como sujeitos constituintes da história do SINTEPFB. O que possibilita apresentar dimensões educativas significativas das ações do sindicato, que está, de forma geral, no campo da resistência ao capital.

A dimensão educativa das contradições sociais

O caráter educativo dos movimentos sociais mantém os sujeitos que são explorados, discriminados, excluídos como sujeito das transformações. Enquanto os movimentos sociais desejam modificações, mudanças, o Estado quase sempre representa os interesses da classe dominante. A pedagogia educativa que se encontra nas mobilizações do campo e da cidade se encontra com o aprendizado dos direitos vindos da inserção do trabalho, são sujeitos em movimento lutando por seus direitos. Também os movimentos sociais são processos educativos formadores culturais e totais.

Porque de momento que é, as pessoas dizem que a educação é um gasto, aí nós temos que voltar atrás, né? Porque é sempre investimento. Quando eu tenho essa consciência de que a educação é investimento, eu estou pensando positivo acerca do trabalho de todos. Temos muito ainda que construir, principalmente como consciência de classe. Sabe, é essa união não pode ficar só na conversa. A gente faz uma aula na praça, uns não vão por medo, uns não vão, porque a diretora falou que não é para ir. A diretora é o quê? É uma professora, uma professora nomeada hoje para uma função diferente. Infelizmente, essa consciência de classe se perde. E aí em vez de irmos lutar por outras conquistas. Nós temos que voltar e galgar um caminho que já estava pronto, então a gente sempre está remando contra a maré, mas continuamos remando (Entrevistada 10).

Percebemos em nossos estudos, nas mídias, que os administradores municipais, levam a educação como uma das pastas mais importantes para se administrar. No entanto, o que verificamos é que estes administradores pouco investem nela, ou utilizam apenas o mínimo para se investir na educação que é 25%. O montante de dinheiro que passa dessa porcentagem é considerado gasto nunca investimento.

[...] embora a gente tenha todo um discurso de que aí a gente, né, a gente está na educação, de que tem a questão da responsabilidade social, que tem toda o trabalho que a gente desenvolve, que é um trabalho humano e tudo mais. Mas assim. É trabalho? E trabalho no nosso país é assalariado, né? A gente tem o trabalho e tem um salário (Entrevistada 6).

Mas a luta é contínua. Sempre estamos lutando reivindicando os nossos direitos conquistados com muita persistência e aos poucos vamos percebendo que muitos já não são mais direitos. É como se fosse um círculo. Hoje os trabalhadores são vitoriosos. Daqui quatro ou oito anos, é o capital disfarçado de estado que tira suas vantagens.

E hoje assim, o que a gente vê é meio que geral, parece que as coisas se acalmaram. Eu acho que a gente tem que voltar de novo a ter essa é força política, essa força de organização, de lutar pela quem que nós queremos. Hoje eu vejo que estamos é reconquistando de novo, algumas pessoas que estavam desacreditadas que não vinham mais (Entrevistado 3).

Assim, a experiência comum é vivida nas relações de produção, onde toma forma e consciência social e com ela a disposição de agir como classe e “[...] é nessa práxis e na luta política concreta que se forjam a identidade e a consciência de classe” (Frigotto, 2012, p. 270).

A dimensão educativa das práticas democráticas

Para Thompson (2021), as pessoas se unem no coletivo em torno de objetivos comuns, em torno de algo que os identifica e permite a vivência das experiências que podem vir a se tornar emancipatórias. A experiência torna-se como objeto empírico para análises dos costumes das tradições, sistemas de valores. Mas antes, são experiências que se tornam educativas.

[...] a partir do momento que fortalece a categoria dos profissionais, pessoas com os mesmos objetivos, somam-se, é produtivo, é fortalecedor mesmo que outras forças externas tentem destruir que esse é o papel da extrema direita, destruir aquilo que nós estamos construindo e consolidando. E aí a gente se agarrar, né? Um no outro e o velho jargão de ninguém solta a mão de ninguém prevalece (Entrevistada 10).

Quando as decisões são precedidas de discussão, chamamos de práticas democráticas. No SINTEPFB, todas as decisões foram democráticas, pois quem toma as decisões são o grupo de professores que estão na assembleia: *“Todas as mobilizações, todas eram aprovadas em assembleia com antecedência. Tudo. E era como se a categoria aceitasse, não aceitasse. Não era, não era feito”* (Entrevistada 2).

Outra entrevistada também se reporta as práticas democráticas, “[...] primeiro, sempre é feita a reunião interna, né? Feitas as anotações, as pautas e depois era colocado para os professores em votação, né? O que era melhor a maioria sempre vence” (Entrevistada 4).

As práticas democráticas sempre persistiram nas decisões do SINTEPFB, conforme entrevistado: “[...] a diretoria toma a definição, mais a aprovação final sempre fica na assembleia” (Entrevistado 5). O coletivo aparece também nas entrevistas: “[...] e é um respeito ao próprio associado do sindicato, né? Mas, acima de tudo, é uma forma democrática de você envolver todos numa decisão coletiva” (Entrevistado 5). Assim como a palavra democracia: “[...] você toma uma decisão ali, mas as vezes não é a decisão que você quer. Mas a maioria quer aquela decisão e você tem que acatar, porque é a democracia” (Entrevistado 5).

[...] geralmente as reivindicações a parte mais da mobilização era no diálogo já com a assembleia porque eu vejo que o sindicato ele está para gestar o grupo ele tem que organizar, ele tem que conduzir a reunião de uma maneira clara, mas quem decide realmente é a assembleia agilizar as no andar da carruagem numa assembleia, numa discussão, é outra que se que se assume, então a gente acaba sendo aquela outra. É a partir de agora é minha. Eu acredito que isso é uma democracia bem clara, inclusive na própria reunião da gestão da diretoria do sindicato (Entrevistada 10).

Antes da mobilização ou a deflagração de movimentos grevistas, alguns passos são seguidos, como a decisão coletiva da assembleia do SINTEPFB:

[...] mas a articulação acontece antes também. A gente começa antes de surgir o motivo da assembleia de ter uma possibilidade de uma greve é, tem uma análise antes, que fazem análise jurídica, né? É uma tentativa de negociação administrativa, uma conversa, né, com os responsáveis e se não houver nenhum tipo de negociação, nenhum resultado que a gente acha que é positivo para a categoria, aí a gente faz assembleia para tomar a definição, né? E se for necessário aprovar uma mobilização de greve, seja ela de, de qual a finalidade for (Entrevistado 5).

Sobre as assembleias do SINTEPFB, elas são soberanas conforme o relato a seguir:

[...] era conforme a necessidade, feitas reuniões com diretoria, colocado em pauta, levado para a assembleia, em assembleia, daí discutido. E é conforme a maioria dos sindicalizados é determinavam, aceitavam ou enfim, concordavam com o que poderia ser feito ou as com sugestões também (Entrevistada 7).

O próximo passo é organizar a decisão que se deu na assembleia, como reuniões com o prefeito, vereadores, secretária da educação, confeccionar cartas, avisos aos pais, comprar e fazer

folders de luta e para a luta, entre outras tarefas. Geralmente quem organiza essa questão é o presidente do sindicato. O Estatuto do Funcionário Público de Francisco Beltrão, garante o direito do funcionário público se afastar de suas funções e para representar o sindicato.

É o meu trabalho, como da diretoria, eu sou o único que sou liberado para fazer as articulações, então eu faço um trabalho meio que geral. A gente cuida administração do sindicato, cuida de toda a articulação política. A gente corre atrás das também na questão de convênios. É reuniões com professores, visita a escola, visita CMEIs, atendimento individual e coletivo, né? Reuniões com os advogados, né? Participo também, é de muito movimento na cidade de Itapejara, no qual o sindicato também representa. E toda essa discussão geral (Entrevistado 5).

Como afirma Thompson (2021), a classe trabalhadora não nasce pronta, mas é o resultado de uma longa formação social, política e cultural. Para este autor, a classe é um fenômeno histórico, é algo que ocorre efetivamente nas relações humanas. Isso ocorre no SINTEPFB, que tem uma caminhada histórica em Francisco Beltrão.

A dimensão educativa da consciência de classe

A consciência de classe é o modo de perceber que o trabalhador tem força, sem consciência de classe não há possibilidade de mudança na sociedade. A consciência de classe é própria do sistema capitalista e é ela que garante a união da classe trabalhadora. Para Thompson (2021), a exploração faz com que os trabalhadores compartilhem uma experiência de oposição de interesses aos seus exploradores e com suas lutas e organizações podem construir a consciência de classe.

[...] uma das coisas que nós precisamos bater ainda e precisamos muito trabalhar, eu reforço é a consciência de classe é o pessoal se sentir-se pertencente, é os coordenadores, é os diretores, é todos os professores não sai nesses grupinhos que desmantela a classe, é o objetivo final da educação é o que? O cumprimento do nosso direito, porque os deveres nós temos a obrigação de cumprir (Entrevistada 10).

Em alguns momentos a consciência de classe pode ser individual, a qual poderá se tornar coletiva. Mas uma vez existindo, ela se tornará fortaleza para os envolvidos.

[...] se classe e a consciência de classe resultam de experiências comuns compartilhadas, que se constituem o próprio fazer-se, cabe-nos apreender as mediações, a maneira pelas quais essas experiências são tratadas culturalmente,

expressando-se nos costumes, nas tradições, símbolos e sistema de valores (Vendramini; Tiriba, 2014, p.68).

A classe e consciência de classe vão se formando juntas nas experiências por elas enfrentadas.

[...] trabalhamos juntas também na diretoria, foi um tempo de experiência pra nós, tivemos desavenças o que é muito importante principalmente de ideias, acredito que num grupo pensante, isso sempre tem que acontecer quando se discute ideias, mas também crescemos muito juntas que a amizade fortalece, essa questão da autonomia de ser protagonista de uma história fazendo parte de Francisco Beltrão, isso vai ficar pra sempre (Entrevistada 10).

Muitas vezes o radicalismo está presente nos momentos de enfrentamentos.

[...] eu estava subindo, não estava descendo as escadas da prefeitura e o prefeito Neto estava entrando pela garagem da prefeitura, quando ele chegou na escadaria ele disse: professora fiquei sabendo que você estava na mobilização hoje. Estava por quê? Por que eu achei que você estava do nosso lado, mas falei eu estou do lado da administração, sempre estive, mas antes de qualquer coisa sou professora, você sabe que nós reivindicamos desde sempre (Entrevistada 1).

Os coletivos populares de acordo com Arroyo (2021) mostram que toda experiência social, de todas as formas, produz conhecimentos, indagações, leituras de si e do mundo, leituras de relação de poder. Experiências radicais que produzem saberes radicais e produzem a tomada de consciência política. Os movimentos sociais radicalizam, politizam e atualizam os significados dos princípios (cidadania, direitos, humanidade, justiça, igualdade, qualidade, inclusão).

Eu fui ameaçada de ser transferida lá quando eu estava de estágio probatório, inclusive fundamos o sindicato, eu sempre fui radicalista, pensei CMEI não tem no interior, então o máximo que vocês vão fazer é me mandar lá pro CMEI do Pinheirinho, mas eu posso ir tranquilo dentro da cidade, não vou deixar de lutar, organizar a categoria por conta disso (Entrevistada 1).

O radicalismo pode ser descrito como uma defesa ao sistema opressor. Para Arroyo (2003), a radicalidade dos movimentos sociais que atuam no coletivo, se alimenta das velhas e tradicionais questões humanas não respondidas ou garantidas. A consciência de classe seria uma situação a que o ser humano está sujeito. Ela permite assim, a união, a coesão entre iguais e luta pela melhoria da classe.

A dimensão educativa da formação sindical e política

Thompson (2021) aborda que as organizações sociais não acontecem em um único momento, mas sim no seu fazer histórico. Assim, a classe trabalhadora não nasceria pronta, dada como resultado de determinações econômicas, objetivas, mas resultado de uma longa formação social, política e cultural. Thompson trabalhou as experiências de trabalhadores ao longo do tempo conforme compunha uma forma de sentir, agir no coletivo.

Quando eu fui convidada para começar a estudar o que que era sindicato para formar o sindicato dos professores e eu não tinha noção de nada. Eu era analfabeta nessa questão, é de leis, de MEC, de Prevbél, de planos de carreira. Eu não sabia nada sobre isso, né? Então, quando convidaram pra estudar, eu fui, porque na minha escola ninguém queria. Não tinha nenhum professor disponível para fazer esse estudo e eu, na época estava como diretora, eu fui pra ficar informado para saber essa coisa, mesmo que que eu acontecesse por curiosidade e ali eu fiquei. Aí eu fui estudando e vendo a necessidade e até mesmo assim as pessoas que estavam formando sindicato ali, organizando todo esse estudo. E lutavam por melhorias, é coisas que nós não tínhamos ou tínhamos deixado, né perdido por não entender essas lutas (Entrevistada 9).

O sindicato é um processo contínuo de formação social, política e cultural, para entender a realidade precisa no mínimo de disposição a leitura. Ao mesmo tempo em que desmistifica certos preconceitos em relação aos sindicatos. “Os sindicatos tiveram um papel pedagógico relevante e reconhecido. Agiram como escolas de formação de lideranças e de formação política das diversas categorias de trabalhadores” (Arroyo, 2003, p. 31).

[...] eu lembro que no início da formação do sindicato, quando Amauri, Rosângela, Roseli, então essas pessoas estavam aí mais na frente da organização sindical que eu não estava e tinha outras pessoas com eles. Eu, até particularmente, era contra porque é aquela ideia que a gente tem de sindicato, que ainda precisa desmistificar na sociedade, de que o sindicato é pra badernar, é pra, é pra é, desconfigurar uma luta. Ou é apenas o partido dos trabalhadores vinculado a bandeira vermelha. E, isso eu acredito que seja grande amadurecimento meu como pessoa, quando Amauri fez carreiro para falar comigo e eu me associei. E acabei conhecendo, lendo, participando de eventos do sindicato, dessa categoria organizada. Você acaba tendo outra visão. Eu acredito sim, que eu já tive várias formações, né? Inclusive nós fomos juntas para algumas delas, levamos formação para Itapejara, participamos de eventos em

Curitiba, em Palmas, então foram vários momentos que nós fomos participar de formações que nos agregam enquanto pessoa, enquanto militante, enquanto é profissional, que busca pelo cumprimento dos direitos da categoria. Acredito que essa é a maior vitória (Entrevistada 10).

Assim, segundo Arroyo (2003), a consciência dos direitos se amplia nas lutas pela inserção de serviços básicos para a reprodução de sua existência, “[...] com o sindicato que eu vejo sempre, os professores ganharam muito, porque além dos professores, aprenderam um pouquinho a correr atrás dos seus direitos. Eles também não são passados para trás” (Entrevistada 2). Então aprendi assim, a entender bastante a questão política (Entrevistado 3).

[...] todo dia se a gente se permitir dar essa oportunidade você vai aprender. É mesmo que seja lá com os meus bebezinhos, mas todo dia tenho aprendido novo e ser membro da diretoria do sindicato não foi diferente, porque a gente fazia estudos. A gente é muito leigo nas leis, né? Muito leigo a gente tem muito aprender. E assim, mais que mais, que é interessante que eu digo assim que todos deveriam ter essa experiência (Entrevistada 8).

Neste sentido, conforme Arroyo (2003), os sindicatos, os movimentos sociais são grupos que se utilizam dos seus limites do seu dia a dia para buscar melhores condições para a classe, que se unem por objetivos comuns. É a criação de uma coletividade que faz surgir formas e diferentes pedagogias para se chegar a um determinado objetivo. Esses grupos não concordam com determinada situação e procuram diversas maneiras para modificá-la, lutando sempre pela busca dos direitos negados.

A dimensão educativa da identidade coletiva e da solidariedade

A identidade criada pelos participantes do sindicato, enquanto sujeitos em construção “[...] nessa caminhada é que os iguais descobrem suas diferenças e os diferentes encontram sua igualdade, deslocando-se, da unidade provisória, construída a partir de interesses comuns, não de uma categoria abstrata, imposta” (Ribeiro, 1999, p.131). Podemos identificar nas falas dos entrevistados, a construção de uma identidade coletiva, “[...] o sindicato, ensina você muito. Há mudar o teu pensamento de muita coisa que você tem, eu já tinha uma noção um pouco diferente do que é lei” (Entrevistada 1).

Eu aprendi a ler mais sobre as leis, a compreender, a correr atrás de meus direitos, é um deles não é só cobrar por cobrar, mas entender por que está cobrando? Né? É saber que o seu direito começa onde termina a do outro

também, né? Saber respeitar o que você, o que está escrito ali na lei (Entrevistada 2).

No que se refere a solidariedade o SINTEPFB, sempre procurou ajudar os demais municípios para construção do seu próprio sindicato. *“O bom foi também um marco muito importante, foi o pessoal de Marmeleiro procurar nós para criarmos o sindicato. Então, fomos até lá auxiliando eles no que podíamos. Explicamos o que era sindicato e começamos com eles”* (Entrevistada 2).

Eu estive em três momentos em Marmeleiro até ter uma líder lá que daí começou a tocar e o nosso advogado ajudou organizar o sindicato deles também. Itapejara a mesma coisa. Porém daí eles optaram por vim para Beltrão, porque eles entenderam que o município deles era bem menor. Eles não tinham recursos financeiros para bancar o sindicato. [...] na segunda gestão que a gente estava no SINTEPFB, então a gente tinha contado com os municípios de fora, tanto é que Itapejara veio com nós pelas conquistas que tivemos aqui. Ampére eu fui várias vezes para Ampére, fazer reuniões lá para ajudar criar o sindicato deles. Ajudei a criar o sindicato de Marmeleiro, porque eles se espelhavam nas nossas ações, no nosso trabalho, e também pensaram no nosso município não tem nada disso, então vamos lutar também (Entrevistado 3).

Segundo Caldart (2012, p.323) “[...] olhar para o movimento social como sujeito pedagógico significa retornar mais uma vez a reflexão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere”. Para Thompson (2001, p. 277), “Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo como o modo como tal formação acontece efetivamente”. Assim, o SINTEPFB, não se sobressaiu aos demais sindicatos, mas usou da solidariedade, em buscar mais força aos trabalhadores na construção “pedagógica” de suas instituições, ou agregação ao SINTEPFB.

Conclusão

Nesta investigação, o SINTEPFB surgiu dando voz a questões que se tornaram cruciais para a compreensão dos movimentos sociais que se fazem presentes no cenário brasileiro em tempos de domínio do sistema do capital marcados pelo neoliberalismo. O SINTEPFB tem se posicionado de forma firme contra toda e qualquer forma de retirada de direitos da classe trabalhadora em geral e dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do município de Francisco Beltrão, constituindo-se no processo da luta pela valorização do magistério municipal, estadual e federal. Isso se constatou na análise das atas e nas entrevistas semiestruturadas, especialmente

contra a hegemonia do capital. Dessa forma, percebemos a importância dos sindicatos e, ao mesmo tempo, a organização dos movimentos sociais no que se refere à luta pelos direitos da classe trabalhadora.

Nesse espaço de socialização das lutas, mobilizações, atuações do SINTEPFB se desenvolvem novas relações. O SINTEPFB possibilitou a união, informação, conhecimento na luta pelos direitos coletivos e individuais. É importante salientar que essas pessoas em movimento não formaram uma organização social em um único momento, mas sim, no seu fazer-se como bem aborda Thompson (2021).

Nas contribuições e na categoria de experiência construída por Thompson, encontramos a interação nas ações do SINTEPFB (reuniões, assembleias, mobilizações) com dimensões educativas. Por meio da análise das entrevistas identificamos momentos e dimensões profundamente educativos. Foi nesse espaço de socialização das lutas, mobilizações, atuações do SINTEPFB que se desenvolveram novas relações com dimensões educativas, entre as quais destacamos: das práticas democráticas, da experiência e luta coletiva, das conquistas, das derrotas, da consciência de classe, na luta de gênero, da truculência dos entes públicos, das contradições sociais, da formação sindical e política, da identidade coletiva e da solidariedade.

É significativa também sugestões de estudos para outros movimentos de resistência ao desmantelamento dos direitos que constituem os seres humanos, do direito à moradia, do direito à educação do direito à saúde, do direito de lutar por causas garantidas nas leis municipais, estaduais e federais, mas que nesse sistema dominante vem a passos largos para desmontar qualquer tipo de organização coletiva. Em contraposição a tudo isso, os movimentos sociais populares insistem em resistir, organizar-se e lutar, por mais que o contexto histórico seja destrutivo à classe-que-vive-do-seu-trabalho e à natureza!

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. 6ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

ARROYO, Miguel Gonzales. Pedagogias em movimento o que temos para aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n° 1, p.28-49, jan./jun. 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FRANCISCO BELTRÃO. **Lei nº 4260, de 21 de novembro de 2014**. Plano de Cargos e Carreira da Educação de Francisco Beltrão.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Anotações sobre a conjuntura e a política educacional**. Texto preliminar para discussão, baseado em live proferida em programação da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE – em 28/03/2022. Reprodução autorizada. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2022/04/06/anotacoes-sobre-a-conjuntura-final/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. *In*: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação no Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 265-271

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho Como Princípio Educativo. *In*: CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação no Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 748-755.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. *In*: COSTA, H. da; CONCEIÇÃO, M. da. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

POCHMANN, Marcio. **O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação. Liberdade, Autonomia, Emancipação: Princípios/Fins da Formação Humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Marlene. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. *In*: FERRARO, Alceu Ravello; RIBEIRO, Marlene. **Movimentos Sociais**. Pelotas: Educat, 1999.

ROSSO, Sadi Dal.; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Pro-Posições**, Campinas, vol.22, n°2, Mai/agos, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n2/v22n2a09.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

SOUZA, Iael de; CUNHA, Francisco Eduardo de Oliveira. Crise Estrutural do Capital, Pandemia da SARS-COV-2 (COVID-19) e Tendência de Aprofundamento da Barbárie, “Se Tivermos Sorte!” **Revista Eletrônica Arma da Crítica**. N° 14/ Dezembro, 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. vol. 1: a árvore da liberdade. 12. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VENDRAMINI, Célia Regina; TIRIBA, Lia. Classe, cultura e experiência na obra de E. P. Thompson: contribuições para a pesquisa em educação. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n° 55, p. 54-72, março de 2014.

Recebido em 01/08/2024. Aprovado em 10/12/2024